

O ARGUMENTO DO MORCEGO EM PERSPECTIVA: SUBJETIVO E OBJETIVO EM THOMAS NAGEL¹

SAMUEL MAIA²

RESUMO: No célebre artigo “Como é ser um morcego?”, Thomas Nagel argumenta contra o reducionismo sobre a consciência, segundo o qual eventos mentais podem ser suficientemente descritos a partir de noções como comportamento ou processos físicos. Apesar do artigo ser bastante discutido fora do contexto mais amplo de sua obra, vale a pena inseri-lo na estrutura mais geral de seu pensamento, especialmente a partir da distinção que Nagel faz entre o subjetivo e o objetivo. É o que faço aqui. Além disso, apresento outras duas distinções. A primeira diz respeito a dois tipos de objetividade: a objetividade científica e a objetividade mental. Esta última inclui a consciência, mas ainda assim deixa de fora parte do real – a realidade subjetiva, que diz respeito aos diferentes pontos de vista. A segunda concerne à noção de subjetividade, que pode ser entendida enquanto uma tese sobre a compreensão ou enquanto uma tese ontológica (Thomas, 2009). Cada uma das teses, por sua vez, possui diferentes consequências filosóficas, com as quais concluirei.

PALAVRAS-CHAVE: subjetivismo e objetivismo do mental; irreducibilidade da consciência; como-é-ser; Thomas Nagel; filosofia da mente.

ABSTRACT: In the famous article “What is it like to be a bat?”, Thomas Nagel argues against reductionism about consciousness, according to which mental events can be sufficiently described from notions such as behavior or physical processes. Although the article is much discussed outside the broader context of his work, it is worth inserting it into the more general structure of his thought, especially from Nagel’s distinction between the subjective and the objective. That is what I do here. Further, I present two other distinctions. The first distinction concerns two kinds of objectivity: scientific objectivity and mental objectivity. The latter includes consciousness, but still leaves out part of reality – subjective reality, which includes the different points of view. The second distinction concerns Nagel’s notion of subjectivity, that can be understood either as a thesis on understanding or as an ontological thesis (Thomas, 2009). I conclude with the different philosophical consequences of each the thesis.

KEYWORDS: mental’s subjectivity and objectivity; irreducibility of consciousness; what-is-it-like; Thomas Nagel; philosophy of mind.

INTRODUÇÃO

Publicado originalmente em 1974, “Como é ser um morcego?” está entre os artigos em filosofia mais lidos, citados e comentados da segunda metade do século XX.³ Nele, Thomas Nagel argumenta contra as concepções reducionistas da consciência, segundo a qual eventos mentais podem ser suficientemente descritos a partir de noções como comportamento ou, principalmente, processos físicos. A partir de uma série de experimentos mentais que se valem da imaginação – e do reconhecimento de seus limites –, Nagel espera mostrar como qualquer concepção física da realidade deixa de fora uma de suas partes mais importantes: o caráter subjetivo das consciências. Essa concepção física se relaciona com um certo tipo de objetividade que, quanto mais avança, mais se afasta da parte do real que inclui os pontos de vista, cada um deles irreduzível e com propriedades mais ou menos semelhantes entre os indivíduos de uma mesma espécie ou entre diferentes espécies.

O artigo é bastante discutido fora do contexto mais amplo da obra de Nagel, que é consideravelmente integrada. Se um argumento de uma filósofa deve ou não deve ser analisado de maneira mais ou menos isolada de suas demais reflexões, trata-se de uma questão epistemológica controversa, a qual não tratarei por aqui. Entretanto, é certo que pela relativa sistematicidade com que Nagel tratou uma gama de temas filosóficos e, principalmente, dada a própria estrutura de “Como é ser...” – recheado de questões paralelas importantes para sua compreensão –, contextualizar seu argumento pode ser útil tanto por propiciar um entendimento mais vertical de seu conteúdo e da filosofia de seu autor, quanto pela oportunidade de discussão de um tema metafísico relevante. Alertado, porém, que essa contextualização será apenas parcial.⁴ Bom, é isso que pretendo fazer.

Abaixo você encontrará o seguinte. Começo, na seção I, com uma reconstituição do argumento central do texto (o “argumento do morcego”) e em seguida, nas seções II e III, vou inseri-lo na estrutura geral das reflexões do autor, para

quem a dicotomia entre o subjetivo e o objetivo cumprem um papel fundamental. A dicotomia só pode ser compreendida a partir das diferentes concepções de objetividade desenvolvidas por Nagel: a objetividade científica e a objetividade mental (esta última toma a forma de uma concepção geral da mente). É isso o que compõe as seções IV-VII. Na seção VIII, considero duas objeções à concepção geral da mente: a objeção wittgensteiniana e a objeção sobre os conceitos que não podemos detectar. Ainda que ela tenha prevalecido às objeções, veremos, na seção IX, como a concepção geral da mente deixa parte da realidade de fora – falo aqui da incompletude da realidade objetiva, que não captura aquilo que Nagel quer que reconheçamos com seu experimento do morcego: a subjetividade. Na seção X, falarei de duas formas de interpretar sua noção de subjetividade: a interpretação da compreensão (retirada de Thomas (2009)) e a interpretação ontológica. Finalmente, na seção XI, mostrarei algumas implicações da interpretação ontológica.

I. UMA BREVE RECONSTITUIÇÃO DO ARGUMENTO

“O fato de um organismo ter experiência consciente significa, basicamente, que há algo que é como ser esse organismo (...).” (Nagel, 1979a, p. 166)

“A consciência é o que torna o problema mente-corpo realmente intratável. Talvez seja por isso que as atuais discussões do problema dão pouca atenção ou as tratam de maneira obviamente errada.” (ibidem, p. 165)

“Todo fenômeno subjetivo está essencialmente conectado com um único ponto de vista, e parece inevitável que uma teoria objetiva e física abandone esse ponto de vista.” (ibidem, p. 167)⁵

Como é ser um morcego *para um morcego*? Para Thomas Nagel, somente um morcego pode sabê-lo, pois sabê-lo é ter acesso às suas experiências. Essa não é uma pergunta trivial. Esse privilégio do morcego⁶ às suas experiências é uma amostra dos limites de uma concepção fiscalista

do mental e de algo que é ainda mais geral, i.e., da irreduzibilidade do subjetivo a qualquer pretensão objetiva.

Para Nagel, um organismo possui consciência quando há algo como ser esse organismo (ibidem, p. 166). E é a consciência que torna o problema mente-corpo intratável para o fisicalismo. Tentativas de reduzir a mente aos termos da física estão fadadas ao fracasso, pois o progresso na física é uma função do distanciamento de suas descrições e explicações de tudo aquilo que seja subjetivo. A consciência é subjetiva, e, como tal, está conectada a um ponto de vista. Enquanto a teoria física objetiva se faz pelo abandono de um ponto de vista, uma compreensão adequada do mental se faz pelo exato contrário: pelo reconhecimento do caráter perspectivo do mental.⁷

II. O ARGUMENTO É PARTE DE UM ESQUEMA MAIS GERAL

O argumento do morcego é um dos mais famosos da filosofia dos últimos 40 anos. É comum ser apresentado de maneira isolada, i.e., sem referências a outros textos ou ideias de seu autor. Isso porque possui um apelo imediato, capaz de seduzir as pessoas quanto ao caráter irreduzível do mental, ainda que não conheçam mais nada do trabalho de Thomas Nagel. Trata-se de um argumento enxuto, que se sustenta de maneira mais ou menos independente de suas concepções filosóficas mais substanciais – o que constitui uma vantagem sobre outros argumentos filosóficos que simplesmente não fazem sentido fora de esquemas teóricos mais amplos.

Contudo, isso também é fonte das diversas incompreensões que o argumento suscitou. Todo o trabalho de Nagel possui um caráter unificado a partir da dicotomia *subjetivo versus objetivo* (Thomas, 2008). Ao longo de diferentes questões filosóficas como identidade pessoal, livre arbítrio, responsabilidade moral, absurdo, sentido da vida e relação mente-corpo, essa dicotomia serve como base para suas reflexões e impõe limites para suas conclusões. Mais que isso, essa distinção pode

ser interpretada como um fato metafísico e o argumento do morcego, como notei, é dela uma ilustração.

Situar o argumento do morcego na paisagem maior de suas ideias pode retirar parte de sua atratividade, na medida em que suas premissas crescem em número. Por isso, o preço a ser pago pelo argumento pode ficar mais alto. Ainda que seja o caso, a visão de todo nos propiciará uma compreensão mais vertical de seu significado, o que pode ser útil tanto para quem já nutria simpatia por ele – pelo que podem encontrar mais fundamento em sua defesa ou abandoná-lo depois de verificar sua implausibilidade –, quanto para quem nunca nutriu simpatia alguma – pois esta será uma oportunidade de adquirir mais ferramentas para combatê-lo.

III. SUBJETIVO VS. OBJETIVO

A dicotomia entre o subjetivo e objetivo é mais detidamente desenvolvida pela primeira vez num ensaio de 1979, “Subjective and Objective” [Subjetivo e Objetivo]. Mas é na obra *Visão a partir de lugar nenhum* (1986) onde Nagel aplica, de maneira mais sistemática, essa distinção numa série de problemas filosóficos. Como Kant e Wittgenstein, ele acredita que um impulso, nos dado por nossa natureza, nos afasta da verdade. Quando ultrapassa seu espaço adequado, o mesmo impulso que nos motiva a conhecer – o impulso em direção à objetividade – provoca distorções na maneira como compreendemos o mundo (Thomas, 2008, pp. 1-2).

Para entendermos melhor como esse impulso produz o erro, em especial, o erro na compreensão do mental, será útil percorrermos o caminho, que Nagel reconstrói em *Visão a partir de lugar nenhum*, da ciência em direção à uma objetividade cada vez maior.

IV. EM DIREÇÃO À OBJETIVIDADE

O deslocamento, a partir de nosso ponto de vista, em direção àquilo que é menos dependente de qualquer ponto de vista é um deslocamento

em direção a uma visão mais objetiva do mundo. O ponto de vista do qual partimos, segundo Nagel, “nosso ponto de partida natural”, é aquele pelo qual acessamos o mundo de modo mais primário, e mais local. O caminho à objetividade cada vez maior foi, ao longo do desenvolvimento da ciência moderna, um distanciamento daquilo percebido exclusivamente por pontos de vista (qualidades secundárias) em direção àquilo cada vez menos dependente de nossas experiências e cada vez menos rotulado a partir de nossas aparências (qualidades primárias).⁸

Mas como esse percurso é possível? Nagel nos oferece uma imagem de como isso pode acontecer. Primeiro, percebemos que nossas percepções são resultado dos efeitos que as coisas têm sobre nós (sobre nossos corpos). Essas mesmas propriedades físicas que nos causam percepções através de nossos corpos produzem efeitos diferentes sobre outras coisas físicas (como instrumentos científicos), e então reconhecemos que elas podem existir sem que algo seja percebido. O passo seguinte é entender que a verdadeira natureza dos objetos físicos deve ser destacável de sua aparência perceptual e não precisa ser parecida com ela (Nagel, [1986], p. 18). A partir dessa possibilidade, tentamos formar uma concepção desses objetos independente da aparência que tenham para nós ou para qualquer outro ser perceptor.

“Significa, então, não apenas pensar o mundo físico a partir de nosso próprio ponto de vista particular, mas tampouco pensar nele a partir do ponto de vista da percepção humana mais geral.” (ibidem, p. 19)

Este mundo descrito pela ciência moderna é um mundo destituído de centro e de atributos, que se compõe de coisas independentes de nós, com propriedades sem aspectos perceptuais; pois propriedades perceptuais são atributos da mente (ibidem, p. 19). É “um mundo sem ponto de vista e sem coisas que só se apresentam a pontos de vista particulares” (ibidem, p. 20).

Isso nos dá o primeiro, dentre diversos sentidos, de objetividade em Nagel:

“Objetividade parece consistir na superação da perspectiva: em se livrar dela para encontrar uma concepção que seja o mais possível livre de perspectiva (...) existe uma concepção do mundo que é livre de perspectiva porque o mundo é ele próprio um todo unificado e substancial.” (ibidem, p. 3)

Este sentido de objetividade é chamado por Nagel de *objetividade física*, sendo uma espécie de um gênero, i.e., um tipo de um conceito mais geral.⁹ Isso ficará mais claro adiante.

V. O QUE DEIXAMOS DE FORA

Porém, ao avançarmos em direção às qualidades menos dependentes de pontos de vista particulares, i.e., ao caminharmos em direção à concepção objetiva do mundo físico e aumentarmos nossa compreensão sobre ele, nos afastamos do quadro das percepções e dos pontos de vista específicos. Mas esses pontos de vista também são parte da realidade e todo retrato que os exclua será um retrato da realidade incompleto.¹⁰

Como já foi dito, esses pontos de vista são na verdade irreduzíveis, alheios a qualquer concepção do físico. Entretanto, mesmo diante desse fato, ainda assim não abandonamos o desejo por uma concepção mais objetiva do mundo, uma concepção que também possa incluir esses pontos de vista. Falarei de como é possível fazer sentido de uma concepção do mundo que inclua, num certo aspecto, os diferentes pontos de vista, sem contudo, num outro aspecto, os incluir completamente.

VI. O MUNDO PARA ALÉM DA MINHA MENTE

Ordinariamente, nós já possuímos naturalmente uma concepção mais geral do que seja a mente, e segundo Nagel, essa concepção é legítima. Vamos descrever, em linhas gerais, como isso pode ser possível:

Somos sujeitos de experiências, *nossas experiências* particulares. Ao entendermos que existem outras pessoas, concebemos experiências das

quais não somos os sujeitos. Isso exige uma concepção geral dos próprios sujeitos e das próprias experiências, dos quais e das quais somos exemplos. E um fator fundamental da mente desses sujeitos é seu *ponto de vista*.

“A primeira etapa da objetivação do mental é cada um de nós ser capaz de apreender a ideia de todas as perspectivas humanas, inclusive a nossa, sem privá-las de seu caráter de perspectiva (...) análogo ... [à] concepção de espaço físico destituída de centro, na qual nenhum ponto ocupa posição privilegiada.” (Nagel, [1986], p. 29)

Generalizamos nossas experiências a outros seres como nós e encontramos aquilo que Nagel chama de “formas gerais de nossa experiência” (ibidem, p. 30). Aqui, a experiência é nossa no sentido de que é de uma determinada espécie, a dos seres humanos. Porém, essa ampliação de nossa perspectiva ainda é paroquial na medida em que reconhecemos o ponto de vista que partilhamos com outros seres humanos, com os quais partilhamos comportamentos, aparência e estruturas perceptuais. Experiências como a de seres bastante diferente de nós (como seres de outras espécies) ainda não estão ao nosso alcance. O morcego ainda está bastante longe.

VII. CONCEPÇÃO GERAL DA MENTE: OBJETIVIDADE DO MENTAL

Um passo à frente. Pelo mesmo método, afirma Nagel, somos capazes de pensar experiências que nem sequer conseguimos imaginar. Mas como? Bom, somos capazes de representar experiências de maneira que não se assemelham às nossas em quase todos os aspectos. Nagel fala numa representação em “termos de certas características gerais da experiência subjetiva – *universais subjetivos* –, cujas ocorrências, em alguns casos, são familiares à experiência do indivíduo”. Ao formarmos esses conceitos universais, conseguimos pensar em possibilidades que “não experimentamos e que talvez nunca experimentemos diretamente”

(ibidem, p. 30) (grifo meu). Agora conseguimos incluir em nossa concepção de mundo

“as vidas mentais de outras espécies – *inimagináveis* do ponto de vista subjetivo –, sem distorcer a subjetividade por meio de uma redução behaviorista, funcionalista ou fiscalista. Sabemos que existe algo ali, algo dotado de perspectiva, mesmo que não saibamos do que se trata ou como pensar sobre ele.” (ibidem, p. 31) (grifo do autor)

Conseguimos fazer sentido da noção de um ponto de vista de um morcego, ainda que esse ponto de vista nos seja qualitativamente distinto. Isso foi possível a partir de um conceito de mente que, ainda vinculado à subjetividade, pode ser entendido em termos da nossa experiência pessoal, naquilo que ela tem de mais geral. É um *conceito geral de mente*, distinto da perspectiva humana e relativo a um outro tipo de objetividade, diferente da objetividade física: é a *objetividade do mental*.

Entretanto, é possível que esse conceito geral de mente não seja capaz de “transcender as formas gerais da experiência humana e o ponto de vista humano” (ibidem, p. 31). Este ceticismo quanto a possibilidade de um conceito para além do humano fazer sentido se manifesta em duas objeções, às quais trataremos a seguir

VIII. PROBLEMAS DA CONCEPÇÃO GERAL DA MENTE – E RESPOSTAS

Primeira objeção: razão wittgensteiniana. Essa objeção possui a seguinte forma: “tal ampliação ou esforço de generalização do conceito de mente nos afasta das condições que dão significado ao conceito”. Wittgenstein observou que, por mais que os conceitos de experiência se apliquem a partir de dentro, e não a partir de comportamentos, os conceitos também exigem critérios externos, como a condição de que todos os conceitos devam ser públicos e, num aspecto mais geral, empregados por um indivíduo dentro de uma comunidade (ibidem, p. 32).

O que Wittgenstein quis dizer exatamente com isso é uma questão à parte. Sabemos que é um autor cujas ideias são bastante equívocas. Porém, aqui nos interessa a interpretação adotada por Nagel, segundo a qual essa objeção estabelece que “as condições para atribuir uma experiência à primeira e à terceira pessoas estão inextricavelmente ligadas num único conceito público” (ibidem, pp. 32-33).

Isso levanta naturalmente a questão: este conceito de experiência pode ser ampliado além dessas condições sem perder todo o seu conteúdo? Uma resposta negativa a essa questão implica que só podemos pensar na experiência que atribuímos a nós mesmos e aos outros da maneira como é especificada, i.e., publicamente e dentro de uma comunidade. Fora desses limites, a aplicação do conceito carece de significado.

Em resposta a essa objeção, é possível dizer que o conceito geral de experiência pode ser usado para pensarmos casos onde não podemos aplicá-los de modo mais específico. Para Nagel, “a generalização do conceito de experiência para além de nossa capacidade de aplicá-lo não *contradiz* a condição de aplicação que ele busca transcender” (ibidem: p. 34). Esse processo é aquilo que observamos rotineiramente: pessoas que possuem conceitos de um tipo de estado mental consciente, e que estão com frequência na posse desse estado mental, os aplicam não somente àqueles que certamente possuem conceito mentais, mas também os aplicam a crianças e animais – que muito facilmente são pensados como não possuindo linguagem. Portanto, a atribuição de conceitos nesses casos, ainda que mais restrita, faz algum sentido.

Segunda objeção: conceito de fenômenos que não sabemos como detectar. Segundo essa objeção, ao falarmos de conceitos gerais de experiência estamos especulando sobre formas de vida consciente que externamente não podemos investigar com clareza. Nagel fala explicitamente em casos de vida consciente cujas manifestações de comportamento não são passíveis de serem captadas por nós (ibidem, p. 35). Não faz sentido, segundo essa

objeção, falar em conceitos desse tipo, da mesma maneira que não faz sentido falar em coisas que não podemos detectar.

A resposta a essa objeção se funda em expedientes comuns de outras disciplinas, em especial a física onde

“o progresso da descoberta física há muito tempo se converteu na formulação de conceitos físicos que só se aplicam mediante sofisticadas técnicas de observação e não por meio da percepção normal ou da simples medição mecânica.” (ibidem, p. 36)

Assim, podemos conceber conceitos de maneira significativa, ainda que não tenhamos disponível a maneira de detectá-los. Aqui, Nagel assume uma postura de otimismo intelectual ao supor que possuímos uma capacidade intelectual para conhecer que ainda não esgotada.

Em suma,

“Aceitar a ideia geral de uma perspectiva sem limitá-la às formas com que estamos familiarizados, subjetivamente ou de outra maneira, é a *precondição* para buscarmos modos de conceber tipos particulares de experiência que não dependam da capacidade de ter essas experiências ou de imaginá-las subjetivamente. Deve ser possível investigar, dessa forma, a estrutura qualitativa de alguma percepção que não temos, por exemplo, observando criaturas que a têm.” (ibidem, p. 37)

Segundo Alan Thomas, esse conceito geral de mente e que responde à objetivação da mente:

“possui uma noção e explicação mais flexível em que, ao situar o fenômeno subjetivo num contexto mais objetivo, nos permite explicá-lo de um modo mais satisfatório *sem desmascará-lo* [falseá-lo]: a explicação não continua a classificar o subjetivo como o *errôneo*.” (Thomas, 2009, p. 23) (ênfases no original)

Esse ideal mais objetivo do mental também pode ser aplicável a nós mesmos, i.e., ao adquirimos um entendimento geral da nossa realidade mental que não depende “do fato de *sermos nós mesmos*” (Nagel, [1986], p. 37) (ênfases no original).

Em sua concepção de objetividade, Thomas Nagel não inclui somente a objetividade tradicionalmente entendida – a *objetividade física* –, mas inclui outro tipo de objetividade, a *objetividade do mental*. Diz ele que “essas conclusões em filosofia da mente sugerem um princípio mais geral que se aplica também a outras áreas: deve-se buscar o tipo de objetividade adequado ao assunto que se tenta entender” (Nagel, [1986], p. 40).

Essa noção de objetividade mais diversa é mais adequada do que aquela à que pretende o fisicalismo. Porém, “insistir em que a descrição correta de um fenômeno é, em todos os casos, a mais objetiva e distanciada levará provavelmente a conclusões redutivas” (ibidem, p. 41). Ou seja, mesmo se escaparmos ao fisicalismo e reconhecermos uma concepção mais rica do real, que inclua os traços mais gerais dos diversos pontos de vista, específicos e intraespecíficos, ainda ficará faltando alguma coisa. O que, exatamente?

IX. A INCOMPLETUDE DA REALIDADE OBJETIVA – OU: O QUE AINDA DEIXAMOS DE FORA

Ao sugerir a inclusão do mental, naquilo que ele possui de mais geral e compartilhado, numa descrição objetiva do mundo, Nagel apontou para uma parte do real que a noção de objetividade da física deixa de fora. Porém, mesmo depois de incluirmos em nosso quadro objetivo uma concepção objetiva de mente, ainda haverá coisas sobre o mental que não podem ser apreendidas. Não importa quão ampla ou rica for uma concepção objetiva do real, não importa que inclua os aspectos objetivos da mente, sempre uma parcela será deixada de fora, a saber, “cada uma das perspectivas experienciais e intencionais com que ela lida só pode ser entendida a partir da experiência interna ou pela imaginação subjetiva” (Nagel, [1986], p. 39).

Mas então, se nossas tentativas de incluir a mente em nossa compreensão de mundo serão sempre incompletas, significa que, objetivamente, não podemos compreender esse mundo

completamente? Nagel se pergunta por que não esquecemos a “ambição de capturar da realidade o máximo possível” e prossegue, categórico: “O mundo simplesmente *não é* o mundo que se revela a um único ponto de vista altamente abstrato que pode ser perseguido por todos os seres racionais” (Nagel, [1986], p. 38). Numa afirmação que daria calafrios a Platão, ele diz que o “mundo tal como é inclui as aparências, e não há um único ponto de vista a partir do qual todas elas possam ser plenamente conhecidas”.

E aquilo que escapa mesmo a uma objetividade mais ampla, que inclua a objetividade do mental, é uma *subjetividade mais geral*, à qual temos acesso a partir de nossa própria subjetividade, e que não se esgota mesmo por nossa compreensão subjetiva, pois há outras subjetividades, de outras pessoas como nós, e de outros seres muito diferentes de nossa própria espécie. Ou seja, nossa subjetividade é uma instância de uma subjetividade mais geral: da subjetividade que inclui até o que está fora de nossa própria compreensão.

X. COMPREENSÃO OU ONTOLOGIA?

Não é por acaso que provavelmente essa seja uma das partes mais radicais da filosofia de Nagel. De fato, o modo como vamos interpretar a afirmação “a realidade objetiva não captura tudo” pode, mais que isso, tornar suas ideias implausíveis. Podemos interpretar a tese da incompletude da objetividade de duas maneiras. A primeira a interpreta como uma tese sobre nosso entendimento do mundo e o modo como falamos sobre o mundo. Chamo essa interpretação de *interpretação da compreensão*. Neste caso, a crítica de Nagel às pretensões objetivistas em filosofia são apenas ao objetivismo físico, e o que ele quer defender simplesmente é a legitimidade do objetivismo sobre o mental, que admite perspectivas em sua descrição do mundo. Essa é a interpretação de Thomas (2009, pp. 25-27).

Contudo, é possível interpretar a tese de Nagel de modo mais radical: enquanto uma tese *ontoló-*

gica, que afirma que a realidade não é unitária ou indivisível. Segundo essa concepção:

“A realidade física é, mas essa não é a única realidade. Há várias, sobrepostas realidades perspectivais [relativas a pontos de vista]. [Segundo essa interpretação] Nagel está inelutavelmente comprometido com a ideia de *fato perspectivo*.” (ibidem, p. 25)

Thomas rejeita essa interpretação a partir de suas consequências – pois isso poderia nos levar à ideia de uma realidade com múltiplas perspectivas interpretativas, o que seria segundo ele absurdo – e a partir da leitura dos trabalhos de Nagel onde, segundo ele, “não há evidência convincente de que (...) [ele] se equivoca entre afirmativas sobre como devemos entender o mundo e afirmações sobre o mundo” (ibidem, p. 26).

Concordo com Thomas quando afirma que a interpretação ontológica do subjetivo versus objetivo de Nagel está mais aberta a contestação do que a interpretação da compreensão (ainda que isso não seja, por si só, uma razão para desconsiderá-la). Mas discordo quando Thomas afirma que não há nem mesmo ambiguidade na

maneira como Nagel fala das duas perspectivas (veja 1979b, pp. 201-202, 211-213 e 1986, pp. 37-41, 87-92, onde a interpretação ontológica não parece ser tão implausível).

XI. EM NOSSO ARGUMENTO

Em nosso argumento, a interpretação ontológica de Nagel implicará a tese de que existem as seguintes realidades: uma realidade subjetiva do morcego e uma realidade subjetiva de seus pares da mesma espécie, sendo todas simplesmente inacessíveis e irreduzíveis a qualquer objetividade. No caso da interpretação da compreensão, a vida subjetiva do morcego e de seus pares será parte, ela própria, da realidade objetiva, mas simplesmente não será compreendida em termos objetivos.

As duas interpretações podem ser esquematizadas conforme a figura 1, onde temos a interpretação ontológica e a realidade subjetiva e objetiva (cada uma com seus subtipos), e conforme a figura 2, onde temos a interpretação da compreensão, onde a realidade é una, mas pode ser compreendida a partir da perspectiva objetiva ou subjetiva.

INTERPRETAÇÃO ONTOLÓGICA REALIDADE					
REALIDADE OBJETIVA		REALIDADE SUBJETIVA			
Objetividade física	Objetividade mental	Subjetividade individual	Subjetividade humana	Subjetividade de outras espécies	Subjetividade de criaturas desconhecidas

Figura 1

INTERPRETAÇÃO DA COMPREENSÃO REALIDADE OBJETIVA					
TIPOS DE CONCEPÇÃO					
CONCEPÇÃO CARTESIANA DA OBJETIVIDADE	CONCEPÇÃO HEGELIANA DA OBJETIVIDADE				
Concepção física objetiva	Concepção objetiva mental	Concepção subjetiva individual	Concepção da subjetivi- dade específica (humana)	Concepção da subjetivi- dade de outras espécies	Concepção da subjetivi- dade de criatura des- conhecidas

Figura 2

CONCLUSÃO

Para um trabalho com esta dimensão, situar o célebre argumento do morcego de Thomas Nagel no esquema geral de sua filosofia é uma tarefa ingrata. Além da amplitude das reflexões do autor, em “Como é ser um morcego?” são tratados diversos e densos problemas laterais à questão da irreducibilidade do mental. Meu objetivo aqui foi bem mais modesto: apresentar em linhas gerais a noção que percorre todo o seu pensamento – a distinção entre o subjetivo e o objetivo – ao mesmo tempo em que mostrava como ela poderia iluminar o argumento desse célebre artigo.

A partir dos dois sentidos principais que a noção de objetividade carrega principalmente em *Visão a partir de Lugar Nenhum*, procurei mostrar como Nagel não se opõe a objetividade *per se*, mas somente às suas pretensões predatórias de esgotar a realidade, deixando de fora as perspectivas subjetivas que são igualmente parte do mundo. Não

há um tipo de objetividade. Nagel fala em dois tipos, a objetividade física e a objetividade mental (ou concepção geral de mente), mas sugere haver outros tipos ([1986], p. 40), cada um devendo-se adequar ao assunto em questão.

Mesmo com essa noção enriquecida de objetividade, que escapa muito às pretensões fisicalistas, parte da consciência de cada ser senciente – ou, dito de outro modo, o ponto de vista de cada ser senciente – escapa a qualquer análise objetiva. Parece ser um fato metafísico básico o caráter duplo da realidade. A questão que fica em aberto é se Nagel entende esse caráter duplo como ontológico ou apenas conceitual (ou descritivo). A resposta a essa questão determinará o quão radical é a tese daquilo que Nagel entende por real – assim como, para muitos, o quão plausível ou implausível será o resto de sua teoria.

NOTAS

1. Agradeço às sugestões feitas pela(o) parecerista anônima(o), e que foram acrescentadas à versão final do texto (notas 5, 6 e 8).
2. Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: samuelmaiabr@gmail.com
3. Em 27 de julho de 2018, o artigo constava com quase 8000 citações somente no Google Acadêmico.
4. Para um tratamento mais abrangente, ver THOMAS, A. (2009), Thomas Nagel, (ainda que, dada a amplitude das reflexões de Nagel, este livro também faça um tratamento incompleto das ideias do autor).
5. Como esta, todas as traduções de trechos retirados dos textos originalmente em inglês são de minha responsabilidade.
6. Não somente de um morcego particular, mas dos morcegos em geral, enquanto espécie, como veremos.
7. A título de confrontação, algumas das principais defesas do fisicalismo acerca do mental podem ser encontradas em Paul Churchland (1981), Patricia Churchland (1986) e Daniel Dennett (1991).
8. Sobre a distinção entre qualidades primárias e secundárias, conferir o Ensaio sobre o Entendimento Humano de John Locke.
9. Thomas (2009) chama essa objetividade de objetividade cartesiana, em oposição à objetividade hegeliana que aqui será chamada, mais abaixo, simplesmente de objetividade do mental.
10. A concepção segundo a qual um retrato da realidade que não inclua qualidades secundárias é um retrato incompleto é oposta a concepções como a de Bernard Williams (1978), para quem as qualidades secundárias não figuram numa concepção total ou absoluta de mundo. Para Williams, uma concepção total é uma na qual todos os investigadores racionais, não importa seu aparelho perceptivo particular, concordariam.

REFERÊNCIAS

- Churchland, P. M. (1981), “Eliminative Materialism and the Propositional Attitudes”, *Journal of Philosophy*, 78: pp. 67–90.
- Churchland, P.S. (1986), *Neurophilosophy: Toward a Unified Science of the Mind/Brain*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Dennett, D. (1991), *Consciousness Explained*, Boston: Little, Brown and Company.
- Locke, J. [1690], *Ensaio sobre o Entendimento Humano*. Tradução de Eduardo Abranches de Soveral, Gualter Cunha e Ana Luísa Amaral. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
- Nagel, T. (1979), *Mortal Questions*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Nagel, T. (1979a), “What is it like to be a bat?”. In *Mortal Questions*, Cambridge: Cambridge University Press. pp. 165–180.
- Nagel, T. (1979b), “Subjective and Objective”. In *Mortal Questions*, Cambridge: Cambridge University Press. pp. 196–214.
- Nagel, T. [1986], *Visão a Partir de Lugar Nenhum*, trad. Silvana Pereira, São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- Thomas, A. (2008), *Thomas Nagel: Philosophy Now*, Stocksfield: Acumen Publishing Limited.
- Williams, B. [1978], *Descartes: the Project of Pure Inquiry*. London: Routledge, 2005.